

A QUESTÃO DA CIENTIFICIDADE DA PESQUISA (SOCIAL)

THE QUESTION OF CIENTIFICILY IN THE RESEARCH (SOCIAL)

**EL PROBLEMA DE LA CIENTIFICIDAD DE INVESTIGACIÓN
(SOCIAL)**

Guilherme Howes Neto¹

RESUMO:

Este trabalho propõe inicialmente uma crítica da pesquisa social, através de uma análise histórico descritiva da questão científica, tentando compreender suas transformações e consequentes implicações para o conhecimento e para a pesquisa social. Em seguida faz uma discussão da abordagem qualitativa considerando a questão da neutralidade e da objetividade, através de uma análise epistemológico analítica das implicações da emergente subjetividade no campo das pesquisas sociais, em especial, no campo das Ciências Sociais. Por fim, apresenta ponderações acerca de estratégias no sentido de questionar a legitimidade das pesquisas sociais qualitativas tanto dentro do campo das Ciências Sociais quanto no quadro amplo das pesquisas em ciências humanas.

Palavras-chave: Pesquisa social. Metodologia. Objetividade. Neutralidade.

ABSTRACT:

This paper initially proposes a critique of social research through a descriptive historical analysis of the scientific question, trying to understand its transformations and consequent implications for knowledge and social research. It then discusses the qualitative approach considering the issue of neutrality and objectivity through an analytical epistemological analysis of the implications of emerging subjectivity in the field of social research, especially in the field of social sciences. Finally, it presents considerations about strategies to question legitimacy of qualitative social research both within the field of Social Sciences and within the broad framework of research in the humanities.

Keywords: Social Research; Methodology; Objectivity; Neutrality.

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Políticas Públicas (UFSM). E-mail: guilhermehowes@gmail.com

RESUMEN:

Este trabajo propone inicialmente una crítica de la investigación social, a través de un análisis histórico descriptivo de la cuestión científica, tratando de comprender sus transformaciones y las consecuentes implicaciones para el conocimiento y la investigación social. Luego discute el enfoque cualitativo considerando el tema de la neutralidad y la objetividad, a través de un análisis analítico epistemológico de las implicaciones de la subjetividad emergente en el campo de la investigación social, especialmente en el campo de las Ciencias Sociales. Finalmente, presenta consideraciones sobre estrategias para cuestionar la legitimidad de la investigación social cualitativa tanto en el campo de las Ciencias Sociales como en el amplio marco de investigación en humanidades.

Palabras clave: Investigación social. Metodología. Objetividad. Neutralidad.

1 NOTAS INICIAIS

A composição deste texto foi motivada ao longo do tempo de docência nas disciplinas de sociologia, antropologia e ciência política, tanto no Magistério Superior² quanto na educação básica³, e amadurecida dentro do curso de doutoramento⁴ a partir do ano de 2014. A partir desta análise reflexiva, busco em um primeiro momento construir um referencial teórico analítico que possa servir de base para futuros textos de encaminhamento metodológico. Em seguida, tenciono apresentar algumas ideias que venho elaborando desde pesquisas anteriores, e que neste momento procuro externá-las à crítica, para que a partir delas, possa desconstruir, redesenhar e reconstruir minhas próprias percepções, a respeito de referenciais teórico-metodológicos fundantes das pesquisas em Ciências Sociais⁵.

Para cumprir tal intento, no item seguinte, “A cientificidade do conhecimento: uma crítica da pesquisa social”, busco apresentar uma análise histórico descritiva da questão científica, tentando compreender suas transformações e consequentes implicações para o conhecimento e para a pesquisa social. A seguir, no item posterior, “A abordagem qualitativa e a questão da neutralidade e da objetividade”, busco fazer uma análise epistemológico analítica das implicações da emergente subjetividade no campo das pesquisas sociais, em especial, no campo das Ciências Sociais. Por fim, nas Notas Finais,

² Fui professor do Magistério Superior na Universidade Franciscana entre os anos de 2010 e 2015.

³ Professor na Escola Estadual Bom Conselho de Silveira Martins entre os anos de 2012 e 2015.

⁴ Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

⁵ É importante aqui deixar clara a diferença entre ciências sociais e Ciências Sociais. A primeira expressão, com letras minúsculas, se refere a um campo inespecífico do saber. Nela podem estar inseridas disciplinas como a Psicologia, a História, a Geografia, o Direito, ou qualquer outra disciplina que pressuponha o social como seu instrumento de observação ou seu campo de estudo. No entanto, a segunda expressão, com letras maiúsculas, refere-se a um campo específico do saber. Está restrita às três disciplinas que emergem desde a modernidade até meados do século XX, Ciência Política (Antropologia Social ou Cultural e a Sociologia) naquele movimento que consolidou o pensamento social sobre aquilo que se convencionou chamar de bases científicas

apresento ponderações acerca de estratégias no sentido de questionar a legitimidade das pesquisas sociais qualitativas tanto dentro do campo das pesquisas em Ciências Sociais quanto no quadro amplo das pesquisas em ciências humanas.

2 A CIENTIFICIDADE DO CONHECIMENTO: UMA CRÍTICA DA PESQUISA SOCIAL

A ciência não é uma verdade definitiva. Tampouco pode ser considerada uma verdade, apesar de, via de regra, apresentar-se como tal. Por certo, ela é “a forma hegemônica de construção da realidade, [...], por sua pretensão de único promotor e critério de verdade” (MINAYO, 2013, p. 09). A ciência é, em outras palavras, uma construção histórica, sempre um produto de um tempo e de um espaço determinados, e portanto sempre parcial e processual. Por esta razão, ciência é um produto social e cultural, uma narrativa sistematizada ao longo de um determinado tempo e em um determinado lugar; a respeito de determinados objetos, fatos, coisas, hipóteses e fundamentada por métodos que lhe dão forma e credibilidade. Um dos objetivos primordiais da ciência é o de produzir teorias, conjecturar a respeito do mundo e da vida, construindo um arsenal de informações que assegurem a reprodução do conhecimento sobre a própria humanidade.

Uma das principais características da ciência é o seu caráter sistemático, metódico e empírico (VIANA, 2006). É exatamente nesse ponto que a ciência afasta-se daquilo que denominamos senso comum. Convém ressaltar que contrastar o conhecimento científico ao senso comum não se trata simplesmente de opor erudição à ignorância, mas de opor um conhecimento sistemático, elaborado a partir de experiências e provações; a saberes comuns, que são aqueles saberes cotidianos, sem uma devida sistematização. Nessas condições, a narrativa científica apresenta-se como um saber organizado, coerente e estruturado. Na medida em que se fundamenta em métodos, a ciência constitui-se como um conjunto de preceitos constituindo um instrumento intelectual que permite a análise da realidade. Por fim, é empírico e experimental no sentido de que se assenta na realidade concreta, em fatos e eventos passíveis de serem verificados pela experimentação, pela experiência sensível, sendo qualificável, mensurável, demonstrável, quantificável ou matematizável.

Este tipo de conhecimento adquiriu caráter hegemônico durante a Modernidade, um longo processo histórico que gestou a (dita) racionalidade ocidental.

A era denominada “Modernidade” vai se caracterizar pela vigência de uma série de convicções cujas enunciações podem ser tributadas, sobretudo, à genial intuição do cogito formulada por René Descartes no século XVII e que “iluminará” todo século XVIII com suas “luzes” (COSTA, 2007, p. 142).

Podem-se ver estas enunciações mencionadas pela autora, por exemplo, na secularização do conhecimento e na laicização da política – proporcionadas pelas revoluções do século XVIII; a secularização do conhecimento – iniciada pela Renascença e consolidada pelo Iluminismo e pela Revolução Burguesa na França (1789-1799); e a consolidação das narrativas científicas modernas sustentadas pela razão, que conduzem o pensamento ocidental desde Descartes até o Positivismo do século XIX. “Tudo que se fez e faz nos últimos séculos, invoca a credencial de legitimidade, conferida e pelo estatuto da ciência, para ter sua validade, prestígio, importância e credibilidade assegurados” (idem, p. 141).

Gravamos ainda hoje sob a sombra destas “luzes”, supostamente inequívocas, desta histórica e pretensa racionalidade do conhecimento. Na origem está a crença na “concepção de que o real não só é matematizável, como também é comprovável experimentalmente segundo métodos rigorosos” (idem, p. 143), e com base nesta ideia podemos perceber o quanto fica peremptoriamente enunciado o projeto positivista de aplicar os métodos das ciências da natureza às análises metodológicas das ciências humanas, propondo inclusive a nomenclatura de “física social” às análises organicistas das ciências sociais e humanas. Aliás, convém ressaltar, projeto este que balizou toda racionalidade do cientificismo ocidental depois do Medievo. Desde a revolução copernicana; passando por Galileu (1564-1642), que subverteu uma cosmovisão aristotélica e ptolomaica que durava quase dois milênios; por Newton (1642-1727), que demonstra que todo movimento do universo não ocorre por uma determinação divina, mas por uma força física que obedece a três leis fundamentais e demonstráveis; por Mendeleev (1834-1907), que seguindo o mesmo raciocínio, comprova que composição química de tudo que há na natureza, não se explica por determinação extraterrena, mas por combinações e reações mensuráveis, presumíveis e quantificáveis; por Darwin (1809-1882), que finalmente põe fim a toda explicação de mundo que não se dê ou não respeite as soberanas leis da natureza, acessíveis e apreensíveis à razão humana.

É neste cenário que as ditas ciências da natureza emanciparam-se criando seus próprios e particulares objetos e métodos de análise. Espelhando-se nestes modelos, Auguste Comte busca também emancipar um campo de estudo da análise social, o Positivismo.

Nasce daí a crença de que se podem aplicar ao estudo da vida social, histórica e socialmente construída, os mesmos procedimentos das ciências da natureza. Se hoje aceitamos caminhar na direção de apagar as fronteiras marcadamente definidas entre os campos disciplinares, e produzir conhecimentos onde os saberes estariam intrinsecamente ligados, pensando o conhecimento como um processo integrado e integralizante, lá se caminhou na direção de uma compartimentalização dos saberes e das disciplinas proporcionado um engavetamento e uma separação do conhecimento científico em subdisciplinas e ciências particulares.

Sobre esta compartimentalização dos saberes em gavetas é preciso acrescentar algumas considerações. Elas se referem à distinção entre o campo das Ciências Sociais anteriormente mencionadas e aquele das assim denominadas ciências sociais “aplicadas”. A expressão remete à diferença fundamental entre ambas. Enquanto as Ciências Sociais cuidam da inespecificidade dos fenômenos, da totalidade da realidade social, as ciências sociais tratam de fenômenos sociais mais disciplinadamente demarcados. Obviamente, cada um dos campos disciplinares não prescinde do outro; mas pelo contrário, pelo fato de a realidade social não ser recortada tal como a Academia a faz parecer, as análises e os estudos são sempre, em boa medida, multidisciplinares.

Um Cientista Social está preocupado com a análise social ampla, com o todo social, com suas dinâmicas, relações e interconexões, com as relações entre as partes, entre as partes e o todo, com as relações entre aquilo que é particularmente determinado e o que é socialmente condicionado. Este é o fenômeno mesmo das Ciências Sociais. Por seu lado, um cientista social, do campo aplicado, será sempre, antes, um estudioso de um campo específico do saber. Por exemplo, a economia, e o fenômeno econômico; a administração, e o fenômeno administrativo organizacional; o direito, e o fenômeno jurídico; o jornalista, e o fenômeno da comunicação; o relacionalista, as relações econômico-políticas de fronteiras, e assim por diante. Qualquer um deles deverá estar preocupado em compreender as complexidades dentro das fronteiras do seu próprio fenômeno e relacioná-lo com a totalidade; mas esta relação com a totalidade, embora seja fundamental no estudo, não é o seu fenômeno mesmo.

Em seu texto “Aprendendo a pensar com a sociologia”, Zygmunt Bauman e Tim May , tratando da amplitude da análise sociológica, mencionam que “a sociologia se distingue por observar as ações humanas como elementos de figurações mais amplas” (p. 16); e acrescentam que esta totalidade não constitui uma arquitetura aleatória de atores , mas uma “montagem” de atores “reunidos em rede de dependência mútua” (idem). Por outros

termos, esta dependência, é constituída pela probabilidade que as ações humanas possuem de se alterarem ou persistirem, cessarem ou permanecerem, em função das intenções ou contingências a que estes sujeitos estejam submetidos, do que eles façam ou tenham tido a intenção de fazer. Por fim, Bauman e May, caracterizam a coisa mesma que é “objeto” de estudo das Ciências Sociais, da investigação sociológica, “figurações, redes de dependência mútua, condicionamentos recíprocos da ação e expansão ou confinamento da liberdade dos atores” (p. 17). É importante ressaltar ainda que este caráter totalizante do enfoque sociológico não pode ser confundido com um esvaziamento de seu caráter de análise global, no sentido de totalidade, nem com uma mistificação de sua capacidade de observar discriminada e conjuntamente, as especificidades dos fenômenos sociais. Por isso, atores individuais, sujeitos históricos determinados, “tornam-se objeto de estudo das observações e estudos sociológicos, à medida que são considerados participantes de uma rede de interdependência” (idem) socialmente constituída e mutuamente implicada.

Neste sentido, ou seja, na medida em que analisa não tanto os aspectos específicos da sociedade enquanto tais, como as ligações estruturais e de condicionamento recíproco, a sociologia tem uma função de generalização e um efeito de exteriorização. Não espanta que, nas mãos de um sociólogo pouco sensato ou medíocre, a sociologia pareça, em vez de geral, “genérica”, e de sociologia se transforme naquilo a que os que apenas conhecem as ciências sociais pela rama não se cansam de chamar “tudologia”. (FERRAROTTI, 1986, p. 149-150)

Assim, os autores em tela até aqui, ressaltam que tomar a totalidade como seu objeto de estudo, não significa, para os Cientistas Sociais, perder a capacidade de análise das especificidades dos fenômenos sociais. Pelo contrário, é “considerando o conjunto que pudemos observar o essencial, o movimento do todo”, das relações recíprocas do tecido social que este todo sintetiza. “Todos estudam ou deveriam observar o comportamento de seres totais e não divididos em faculdades” (IANNI: 2003. p.18).

A forma de conhecimento científico gestado pela ciência Moderna, desta forma, foi fortemente sustentada, além da crença inabalável na razão, pela disciplinarização do conhecimento, herança intelectual e cultural cujas marcas ainda hoje vemos na academia, nas escolas, nas pesquisas e em toda produção científica contemporânea. Como já mencionado anteriormente, a crença absoluta na exclusividade da razão para conhecer a

verdade, nos remete a ideia de que todo conhecimento deriva necessariamente da negação de qualquer subjetividade (como fé, tradição, intuição), e a

[...] aspiração de que os conhecimentos sejam traduzíveis em fórmulas físico-matemáticas facilmente compreensíveis, dotadas do máximo de objetividade. O mundo subjetivo é descartado por ser distante do “real” que, este sim, seria comum a todos os homens (COSTA, 2007, p. 143).

Neste contexto, cabe discutir então como se deve pensar a emergente questão da subjetividade/objetividade à luz das pesquisas sociais na contemporaneidade. Atualmente, “todo o conjunto de certezas que constituíram os pilares do pensamento moderno estaria entrando em crise” (idem). Vivemos em um tempo de crises paradigmáticas, isto significa que estamos nos movendo desde o paradigma Moderno, cartesiano e positivista, para um outro, cujos sinais estamos presenciando desde meados do século XX.

São numerosas e muito importantes análises contemporâneas que passam em vista a Modernidade bem como as movimentações operadas em seu interior e no seu entorno, reafirmando-a ou negando-a, e, nesse empreendimento, realizando um inventário crítico de suas virtudes e mazelas (COSTA, 2007, p. 144).

Como reflexo desta inexorável e irreversível transformação paradigmática, e como consequência desta compulsória inversão metodológica, no campo das Ciências Sociais, orbitam preocupações como o papel do pesquisador, que adquire centralidade em uma abordagem de pesquisa que se denomina qualitativa. Resta, assim, compreender como isso interfere e quais são essas implicações para a cientificidade da pesquisa.

Em uma questão feita ao antropólogo Clifford Geertz (DIAS, 2010, p. 55), o entrevistador pergunta até que ponto a sociedade a que se pertence e aquela na qual se faz o trabalho de campo influem nos trabalhos dos pesquisadores? Geertz responde que todos somos “observadores situados”, isto é, um pesquisador norte-americano ou um brasileiro ou um francês verão as coisas de uma maneira algo diferente, e uma das razões é o contexto cultural do qual eles vêm, do qual extraem suas percepções e seus princípios. Em outras palavras, significa dizer que olhamos para a realidade a partir das vivências de mundo que temos, das concepções e pré-noções que são peculiares a nós. Segundo o antropólogo, o que se deve pensar e saber é que não há nada de errado nisso, e todo pesquisador deve refletir e

ter absoluta consciência dessa situação. É sobre esta proximidade do pesquisador com os sujeitos de pesquisa, o impossível afastamento de seus interlocutores – tanto físico quanto epistemológico – e a impossível separação entre a condição humana e as circunstâncias da própria pesquisa, e como isto implica na cientificidade do conhecimento produzido, que passo a tratar na próxima seção.

3 A ABORDAGEM QUALITATIVA E A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE E DA OBJETIVIDADE

O que estou chamando nesse texto de “abordagem qualitativa” da pesquisa, pode ser definido como toda estratégia metodológica que privilegia,

[...] de modo geral, a análise de microprocessos, através dos estudos das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo de dados, tanto em amplitude quanto em profundidade. Dessa forma, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (MARTINS, 2004, p. 292).

Na busca por esta “intensividade” dos dados e nesta relação de amplitude e profundidade com os processos sociais que estuda, o pesquisador estabelece relações de aproximação com os seus pesquisados.

Esta relação invasiva com a alteridade – e aberta a ela, traz para as pesquisas de abordagem qualitativa, dois elementos problematizadores à sua cientificidade: a objetividade e a neutralidade. Em outras palavras, o que está à prova quando se discutem estes dois elementos é a veracidade e a credibilidade dos dados qualitativos em pesquisa social. Embora pareçam ser dois conceitos bastante próximos, e até mesmo intercambiantes, é necessário fazer um esforço semântico no sentido de precisar suas definições.

A objetividade seria a adequação da ideia científica à realidade objetiva, e a neutralidade seria a não interferência dos valores, concepções religiosas e políticas, preconceitos, do cientista na sua produção científica (VIANA, 2006, p. 10).

No entanto, essas definições não podem ser consideradas consensuais, e são até mesmo extremamente questionadas e discutidas por pesquisadores sociais e demais epistemólogos de todos os campos da ciência. Apenas, como ponto de partida, pode-se afirmar que em pesquisa social “a neutralidade não existe e a objetividade é relativa” (MARTINS, 2004, p.292).

Sendo assim, um segundo passo em relação à esta questão é o de demonstrar a necessidade e/ou a possibilidade da neutralidade e da objetividade nas abordagens qualitativas em pesquisas sociais. O antropólogo Roberto DaMatta, nos textos *Ciências Naturais e Ciências Sociais & Uma diferença crucial* (2010), demonstra que há profundas diferenças entre as chamadas ciências da natureza, que são aquelas que estudam fenômenos simples, eventos que presumivelmente tem causas simples e que são facilmente isoláveis, como em um laboratório por exemplo, e que se dão em condições razoavelmente controláveis. Por tratar de coisas e de fenômenos que são diferentes da natureza do pesquisador – bichos (animais), plantas (vegetais), minerais ou mesmo corpos celestes, fenômenos físico/químicos, nanofenômenos – asseguram, em boa medida, uma possível neutralidade e também possibilitam uma certa objetividade ao estudo desses fenômenos. Já com as ciências sociais é diferente. Estas estudam fenômenos bem mais complexos, situados em planos de causalidade e determinação mais complicados. Em outras palavras, pode-se dizer que os fenômenos que constituem a matéria prima com a qual trabalham os sociólogos, os historiadores, os economistas, os psicólogos, os filósofos, e os qualitativistas em geral, não tem uma exatidão de causas e motivações, mas ao contrário, uma amplitude de múltiplas determinações e possibilidades. É o que o autor denomina como sobredeterminações.

DaMatta afirma que

[...] a matéria prima das “ciências sociais”, assim, são eventos com determinações complicadas e que podem ocorrer em ambientes diferenciados tendo, por causa disso, a possibilidade de mudar seu significado de acordo com o ator, as relações existentes num dado momento e, ainda, com sua posição numa cadeia de eventos anteriores e posteriores (DAMATTA, 2010, p. 20-21),

DaMatta faz uso de uma metáfora para distinguir a observação das ciências naturais das observações das ciências sociais. Menciona que “num caso, o objeto de estudo é inteiramente opaco e mudo, enquanto que no outro ele é transparente e falante” (DAMATTA: 2010, p. 30). Fica claro que o autor relaciona a primeira expressão às ciências

naturais, onde o objeto de estudo é inteiramente opaco e mudo, pois o cientista natural observa eventos sincrônicos (que podem estar acontecendo agora mesmo), ou podem ser repetidos e reproduzidos indefinidamente, onde os tipos de fenômenos observados são – por essa razão, natureza simples, mas contrariamente às ciências sociais podem produzir resultados com consequências complexas como, por exemplo, o isolamento de um vírus ou a construção de uma bomba ou de um agroquímico letal de destruição em massa. E aí reside a complexidade de suas consequências.

Já a segunda expressão, o autor relaciona às ciências sociais, onde o objeto de estudo é inteiramente transparente e falante, pois se comunica com o observador, interage com ele, podendo-se até mesmo ver o mundo através dele. Nesse caso os cientistas sociais observam eventos atravessados pelas questões culturais, onde os tipos de fenômenos observados são de natureza complexa, mas contrariamente às ciências naturais, não produzem, salvo raríssimas exceções (para credos ideológicos, crenças, ideários, etc.), consequências com as mesmas complexidades. O autor destaca que nas ciências sociais observamos eventos sociais, levados à ação por atores sociais. Portanto, os sujeitos aqui estudados vão muito mais além da transparência e da fala, eles têm também o “seu centro, seus pontos de vista e as suas interpretações que, a qualquer momento, podem competir e colocar de quarentena as nossas mais elaboradas explicações” (DAMATTA, 2010, p. 30).

Nas ciências sociais os pesquisadores buscam muito mais interpretar e compreender fenômenos, do que fornecer explicações e descrições pontuais e formais acerca dos eventos apreendidos. Contrariamente às ciências naturais, seu *locus* de observação é a realidade sensível e não um laboratório. Já no campo das ciências naturais os físicos, biólogos, botânicos, matemáticos (entre outros) buscam muito mais fornecer explicações e descrições pontuais e formais dos eventos observados do que interpretar e compreender fenômenos. Contrariamente às ciências sociais, seu *locus* de observação são laboratórios, remetendo a coisas ou lugares específica e precisamente demarcados, e não à realidade sensível, inespecificamente delimitada, isto é, sem uma demarcação precisa.

A partir deste cenário, pode-se chegar às seguintes conclusões: para as ditas ciências naturais, tanto a objetividade, quanto a neutralidade, em certa medida, são possíveis e necessárias. Possíveis na medida em que a distância epistemológica entre pesquisador e objeto/tema pesquisado é absoluta. É uma relação entre pessoas e coisas; e necessárias, pois é uma condição da pesquisa, uma condicionante epistemológica que sem a qual não se insere na condição de saber “científico”. Um botânico, por exemplo, pode tanto manter-se neutro

em relação ao fenômeno que estuda, quanto garantir ao seu experimento um grau satisfatório de objetividade, o que garante, neste caso, máxima “cientificidade” ao seu estudo.

Enquanto que a neutralidade e a objetividade são elementos que dão credibilidade e garantia de cientificidade aos estudos das ciências naturais, não acontece o mesmo nas ciências sociais. Aqui, não existe diferenciação nem afastamento entre pesquisador e a “coisa” estudada. Exatamente porque esta “coisa” não faz parte de um universo inanimado, mas do próprio universo do pesquisador. Os objetos que estudam, não são coisas do mundo inanimado, mas seres humanos iguais a ele, sujeitos que com ele interagem, seus interlocutores.

“Por tratar das interações e das relações humanas, as pesquisas sociais de abordagem qualitativa trazem um fato novo para o campo científico que é o papel do observador, nesse caso o cientista social” (DIAS, 2010, p. 52). A pesquisa em ciências sociais, diferentemente das outras ciências, tem

[...] como parte integrante do seu objeto de estudo o próprio observador. Pois este, no mesmo tempo que observa o fenômeno, sofre influências e influencia o seu objeto de estudo. Essa realidade traz para as ciências sociais a discussão sobre a objetividade do trabalho científico (ibidem).

Sendo assim, nas ciências sociais, e entre elas as Ciências Sociais, a cientificidade se dá por outros caminhos que não os mesmos das ciências naturais. Aqui, o observador é parte dos fenômenos, não podendo dele se diferenciar, dele se distanciar, ou mesmo isolar-se dele. A interação do pesquisador com seus interlocutores, com seus informantes, com seus sujeitos de pesquisa é na pesquisa social, mais um elemento da própria pesquisa, um dado e um fato a ser assumido pela pesquisa, incorporado por ela, e não algo a ser negado, escondido, ou menos ainda, desconsiderado.

No entanto, esta proximidade com as condições subjetivas sob as quais se produz a pesquisa, não lhe compromete a objetividade. Esta é uma condição prévia da pesquisa. Sem objetividade não se faz ciência, não se produz conhecimento. Conclui-se então que a objetividade é absolutamente necessária ao se estudar os fenômenos sociais. Muito embora convenha ressaltar que, “tanto quanto seja humanamente possível, ela não deve ser afetada pela própria crença, por emoções, hábitos, preferências, desejos ou valores do observador” (DIAS, 2010, p. 53). A objetividade em relação ao objeto de estudo é, portanto, uma possibilidade e uma necessidade para o estudo do social. O fato de que, ao mesmo tempo em

que estuda determinado evento social, o pesquisador seja observador e ao mesmo tempo participante do evento estudado, não é um fator limitador dessa objetividade, mas sim, mais um elemento confirmador da própria cientificidade da pesquisa.

Já a neutralidade em relação ao objeto de estudo é uma impossibilidade real para um cientista social (seja ele de que área for), pois na medida em que estuda determinado evento social, ele é parte constituinte deste mesmo evento.

Levar a neutralidade às últimas consequências é ignorar esta sua condição humana, o que significa render-se a forças sociais e políticas que poderão fazer uso desta sua pesquisa em detrimento de outros seres humanos (DIAS, 2010, p. 55).

É necessário ainda, ressaltar que a busca pela neutralidade, do ponto de vista de alguns cientistas sociais, pode significar inclusive uma instrumentalização, no sentido de ser uma forma de controle externo da ciência e da tecnologia científica por aqueles que detém o poder político e econômico, ratificando o caráter social, histórico e cultural da ciência.

O quadro a seguir é uma síntese metafórica do que foi mencionado até aqui. Os sinais de ponto e vírgula após as menções de afirmação “Sim” ou negação “Não” ilustram a condição peremptória ou discutível de cada condição: ao considerar discutível a possibilidade da objetividade se está ponderando que embora seja possível nem sempre ela é alcançada. Por vezes, e pela própria condição humana do pesquisador, sucumbe-se à subjetividade e às condições ideológicas inerentes a qualquer contexto acadêmico ou científico. Entretanto, é peremptória a necessidade de ser objetivo na produção do conhecimento científico. Não pode haver tergiversação a essa condição e “ponto final”. Sem objetividade não há ciência. Ela é incondicionalmente necessária. Já em relação a necessidade se dá o inverso: não é possível ser neutro! Isso é peremptório, indiscutível, por isso o “ponto final”. Já em relação à necessidade da neutralidade na produção do conhecimento científico, cabem discussões, tergiversações. A questão não se encerra na sua negação. Esta, em verdade, abre uma ampla discussão a seu respeito. Não só não é necessário ser neutro como acreditar ou afirmar a condição de neutralidade faz com que se perca qualquer objetividade na produção do conhecimento científico.

	Possibilidade	Necessidade
Objetividade	Sim,	Sim.
Neutralidade	Não.	Não,

Como já referido pelo antropólogo Clifford Geertz, todos somos “observadores situados”, não neutros. Observamos, compreendemos o mundo a partir de parâmetros singulares. Quanto mais consciência tivermos dessa condição de não neutralidade, não isenção, não imparcialidade, maior será a capacidade intelectual do cientista social em perceber o mundo tal como ele objetivamente é, adequando a ideia científica, a teoria, à realidade objetiva, reproduzindo dentro da nossa cabeça aquilo que acontece e existe na realidade material. Portanto, o conhecimento não se dá no vazio, de forma estéril, asséptica e independente da singularidade de quem o produziu. Todo conhecimento científico, toda a ciência, nada tem de isenta, ela é humana, demasiadamente humana e eivada, por tudo isso, de subjetividades, de valores.

Assim,

(...) a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal [no pensamento]. (...) capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimento analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2009, p. 5).

Ao discorrer sobre o método da Teoria Social de Marx, José Paulo Netto, menciona que “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 21). O autor toma a teoria como uma reprodução ideal, do movimento real do objeto, pelo sujeito que pesquisa, sempre em busca de de objetividade e negando a sua impossível neutralidade.

4 NOTAS FINAIS

De tudo que foi dito até aqui, é importante guardar que independente da abordagem que se faça, o conhecimento científico é sempre uma construção histórica profundamente vinculada com o tempo e com o espaço no qual foi produzido. Dessa forma, sugere o sociólogo americano Wright Mills em seu memorável texto dos anos 1950, quando o mundo ocidental despertava dos horrores da Guerra e começava a desenhar um novo modelo de ciência, que sejamos um bom “artesão” intelectual. Que

[...] evitemos qualquer norma de procedimento rígida [...]. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual despretenso, e devemos tentar ser, nós mesmos esse artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista; que cada homem seja seu próprio técnico; que a teoria e o método se tornem novamente parte da prática de um artesanato. Defendemos o primado do intelectual individual; sejamos a mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e sociedade (MILLS, 1975, p. 240).

Do ponto de vista metodológico, sugere o autor que sejamos “artesãos”, no sentido de sermos inventivos, criativos e que tenhamos lucidez de arquitetar nossas próprias ações e que nos levem a nos conduzir no mundo social e na pesquisa autonomamente.

Entretanto, essa pretenciosa liberdade metodológica deve estar atenta e submetida tanto a uma tradição e uma coerência teórico metodológica quanto a questões éticas das quais qualquer abordagem não pode prescindir. Essa é a encruzilhada da pesquisa qualitativa: ao mesmo tempo criar, inovar, inventar, propor novos olhares à realidade concreta, e legitimar-se e assegurar seu lugar no quadro amplo do campo científico.

Fica claro aqui que subjetividade e cientificidade caminham no fio da navalha quando refletimos sobre teoria e prática de pesquisas sociais tanto no campo das Ciências Sociais propriamente ditas quanto no campo das ciências sociais mais amplas, ou mesmo em qualquer outra área do conhecimento sejam eles das Humanidades ou das ciências da natureza, todas elas atravessadas pelas idiossincrasias inerentes aos seres humanos.

REFERÊNCIAS:

BAUMAN, Zygmunt. MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. Capítulo 7. p. 139-153). In: COSTA, Marisa Vorraber. (org.) *Caminhos Investigativos II*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

DAMATTA, Roberto. Ciências naturais e ciências sociais & uma diferença crucial. In: *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DIAS, Reinaldo. A sociologia e a busca da verdade (p. 43-58). In: *Introdução à sociologia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FERRAROTTI, Franco. *Sociologia*. Lisboa: Teorema, 1986.

IANNI, Octavio. Enigmas da Modernidade-Mundo. 3ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MILLS, Charles Wright. Apêndice: Do artesanato intelectual. (p. 211-244) In: *A Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Método da Teoria Social*. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: UNB: Editora: CFESS e ABEPSS, 2009.

VIANA, Nildo. *Introdução à sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.